

Documento para Debate
17º Congresso Nacional do PPS



Unir a
esquerda
democrática
para **mudar**
o **Brasil**



pps.org.br

No rumo do XVII Congresso

A esquerda democrática que defendemos está profundamente comprometida com os valores da democracia representativa e pluralista, com as liberdades individuais e coletivas, com os direitos humanos, com a República, com o avanço da ciência, com a preservação da natureza, com a inclusão, a participação, a solidariedade e a igualdade, ao lado dos valores da inovação, e a consideração dos problemas da vida real das pessoas. Ao assumir a responsabilidade para com o bem comum, mantém o compromisso de formular um pensamento reformista, moderno, de uma esquerda firme e determinada que, com espírito nacional e constitucional saiba falar a todo o país e modificá-lo.

Acreditamos na democracia porque reconhecemos nela a expansão dos direitos individuais e coletivos, a capacidade das mulheres, a esperança da juventude, a experiência dos idosos, o trabalho inteligente e criativo de todos.

Defendemos o princípio de que a liberdade de cada um será tão mais eficaz quanto mais os direitos de todos sejam garantidos e respeitados. E, no entanto, sabemos que a conquista de novos direitos pode ser efêmera, se não declararmos uma ética pública compartilhada, permitindo aos brasileiros adquirir um maior sentido de suas ações, atividades ou funções.

Acreditamos que podemos ser um partido, ou seja, uma associação de cidadãos com identidade reconhecível, uma organização com fortes raízes na sociedade, local de discussão e participação. Que valorize a cultura, a história e a memória, afirme e respeite a ética política: os direitos, mas, também, os deveres da cidadania, as responsabilidades morais dos representantes democráticos.

Somos contemporâneos de um novo tempo, em que o caráter da sociedade capitalista – e o modo de produzir, de consumir, de trabalhar, de comunicar, de conceber e organizar a vida individual e social - está se modificando profundamente.

Estamos convencidos de que o novo reformismo de esquerda, hoje, teria de incorporar os antigos valores históricos que ainda são atuais: liberdade, democracia, justiça, igualdade, solidariedade e trabalho. E acrescentar os valores do novo século: cidadania, direitos, laicismo, inovação, criatividade, integração, multiculturalismo, oportunidade, segurança, sustentabilidade, meritocracia do saber, da consciência do indivíduo, da democracia representativa, da integração mundial, interdependência, da paz e segurança. Valores estes, consagrados na Constituição de 1988.

A Constituição republicana nasceu da resistência ao autoritarismo. É o documento básico a partir do qual começamos novos tempos. A Constituição não é uma simples coleção de regras. Hoje nada menos que ontem foi a decisão fundamental tomada pelo povo brasileiro sobre como e porque viver junto. É o mais importante fator de unidade nacional e integração social, assim como assegura o consentimento das comunidades sobre os princípios de convivência e lhe permite resolver os conflitos de opiniões e interesses.

Reconhecemos os valores subjacentes à Constituição, juntamente com aqueles expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e nos empenharemos em levá-los como princípios válidos para todos.

I – As mudanças do mundo contemporâneo

1.1 A revolução científico-tecnológica

Há quatro décadas o mundo vive sob o impacto da revolução científico-tecnológica. Depois de um longo período de crescimento econômico, que se seguiu ao fim da grande guerra, sem mudança significativa na base técnica, teve início, a partir da década de 1970, no mundo capitalista, uma espiral de inovações. Seu eixo principal foi a informática, mas é também preciso considerar outros setores como a biotecnologia, a robótica, a química fina, os novos materiais, a nanotecnologia. Esse conjunto de mudanças, ainda em curso, deu origem, com a circulação da informação em tempo real, ao processo que chamamos de globalização. O alcance e a profundidade dessa revolução não têm paralelo e, na história, o único evento semelhante em alcance e conseqüências foi a revolução industrial.

1.2 As mudanças no mundo do trabalho

Mudanças dessa magnitude repercutem com intensidade no mundo do trabalho. A organização da produção foi revolucionada e as primeiras vítimas foram os modelos triunfantes na primeira metade do século XX: fordismo e taylorismo. As novas condições de trabalho embutem novas exigências aos trabalhadores: a eficácia da mão-de-obra depende não só de qualificação cada vez maior, mas de capacidade de iniciativa, decisão e responsabilidade. Daí o êxito do toyotismo e de todos os sistemas que desconcentram esses atributos dos níveis de gerência e os distribuem em todos os níveis da organização. Essa situação esgarça as relações de trabalho assalariadas tradicionais e mostra afinidade com o trabalho autônomo e familiar; as micro e pequenas empresas; as cooperativas e associações de trabalhadores; a participação dos trabalhadores na gestão e no lucro das empresas. A conseqüência é o fim da centralidade da classe operária tradicional como sujeito privilegiado das mudanças.

1.3 Mudanças no mundo da política

Também o mundo da política sofre o impacto da revolução científico-tecnológica. O primeiro fenômeno a manifestar-se foi o declínio da capacidade de intervenção do Estado nacional, com a tendência conseqüente à constituição de blocos supranacionais e à emergência de um sistema de governança global, capaz de substituir o equilíbrio bipolar característico da guerra fria. Momentos de crise, como o que vivemos, propiciam o enfrentamento entre o avanço das políticas de integração e governança global e os partidários do retorno às autarquias nacionais. Um segundo fenômeno, que revela o caráter paradoxal dessa situação é a demanda por mais e melhor democracia que se consolida no mundo. Provocando uma nova onda de revoluções democráticas e antiditatoriais em todos os quadrantes do mundo e movimentos pela ampliação da participação política da cidadania. Em todos esses casos, fica evidente a insuficiência do sistema representativo frente ao avanço da luta política. A reforma da representação política é, portanto, uma tarefa urgente na democracia moderna. Não por outro motivo o PPS apresentou à sociedade e ao Parlamento uma proposta de reforma política que contempla essa maior participação e transparência da atuação política. Essa tarefa mal começou e sua consecução deve evitar dois extremos igualmente perigosos para a continuidade da democracia: de um lado, a inércia, a ilusão de que a representação pura resolve os problemas contemporâneos; de outro, o erro oposto, a ilusão do fim da representação e sua substituição radical pela participação, nas praças e na rede.

1.4 O retorno da crise econômica mundial

Três décadas de hegemonia liberal encerraram-se com a crise de 2008. O sucesso inicial das medidas de intervenção governamental nos Estados Unidos e na Europa criou a impressão de um retorno às políticas anteriores de controle, regulação e sustentação dos mercados por parte do Estado. No entanto, o sucesso mostrou-se efêmero, a intervenção do Estado transferiu a crise para seu interior e deu-lhe a característica fiscal que mostra hoje. A direita liberal levanta

a bandeira da redução do Estado até o absurdo, como mostra a discussão recente em torno da dívida norte-americana, na qual os republicanos radicais não hesitaram em apostar no caos para forçar concessões do governo democrata. Tal crise sistêmica tem desafiado toda a esquerda mundial a buscar o melhor caminho para superá-la, mas ainda continuamos tateando, dada a profundidade e extensão do problema. De todo modo o essencial é a garantia da continuidade do processo democrático, o aumento da produtividade dos serviços públicos, a implementação de uma nova geração de políticas distributivas e a partilha de responsabilidades do Estado com o mercado e a cidadania organizada.

1.5 A esquerda e a superação de seus modelos tradicionais

Nesse processo de mudanças revolucionárias, mantêm vigência alguns padrões de entendimento e percepção da política originados do mundo da revolução industrial. Um deles é a polaridade entre esquerda e direita. A produção e intensificação de desigualdades é consequência inevitável da operação dos mecanismos do mercado, e, nos últimos quarenta anos a desigualdade, como esperado, aumentou, embora a pobreza e a miséria tenham retrocedido. Por outro lado, nada indica, nos movimentos da política e dos valores que a demanda do mundo contemporâneo por equidade irá arrefecer. A coexistência entre demanda por equidade e desigualdade alimenta, constantemente, as posições de esquerda no espectro político.

1.6 O comunismo

O fim do socialismo real teve como causa imediata dois fenômenos: a ausência de efetiva democratização da sociedade socialista, de um lado; e, de outro, os efeitos da revolução científica e tecnológica no mundo capitalista, que a economia planificada não pode acompanhar. Os saltos na produtividade, a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores desses países e a difusão da informação sobre esses fatos, retiraram legitimidade ao socialismo real, tornaram impraticável a continuidade das economias centralmente planejadas e insustentáveis os regimes de partido único. Em que pese o conjunto de conquistas que a Revolução de outubro propiciou de imediato, ficou claro o fracasso histórico do modelo bolchevique, inspirado na revolução de 1917, teorizado por Lênin e reproduzido pelos partidos comunistas. Insurreição, assalto ao poder, estatização dos meios de produção, regime de partido único. Essa receita que pareceu aos partidos comunistas, por um tempo, o único caminho para o socialismo revelou-se um beco sem saída. Muitos democratas, socialistas e mesmo comunistas, como Rosa de Luxemburgo, por exemplo, opuseram-se desde o início. Na verdade, esse modelo nunca foi consensual entre os socialistas, para não falar dos social-democratas. Para avançar nos seus objetivos, a esquerda precisa de um conceito exigente de socialismo, que contemple a dimensão da democracia e da sustentabilidade das conquistas alcançadas, e supere o economicismo que baseava o assalto ao poder, e considere o fenômeno cultural, como chave para a criação de novos consensos de organização social. Consideradas essas dimensões, ficou demonstrado que em nenhuma das tentativas realizadas a aplicação da fórmula bolchevique levou ao socialismo. O que a experiência histórica demonstrou é que as insurreições são capazes de provocar rupturas e derrubar governos, mas não de mudar de forma perene as relações entre os homens. São importantes como detonadores de processos de mudança social. Mas a garantia de efetiva transformação da sociedade dá-se pela política, em condições de operação democrática, por meio de um processo contínuo de reformas.

1.7 A crise de social-democracia

Antes do colapso do socialismo real, no período imediatamente posterior à segunda guerra os governos social-democratas foram responsáveis pelo Estado de bem estar social e por inúmeras conquistas dos trabalhadores, estabelecendo sociedades afluentes de caráter democrático. Para tanto se constituíram Estados com grande capacidade de intervenção e regulação da economia. Um Estado produtor de insumos básicos, engenheiro da prevenção de

crises. O Estado por excelência da democracia representativa. A crise desse modelo não decorreu de capitulação política, mas de manutenção desse modelo nas condições de globalização e revolução tecnológica. Nesse mundo, a possibilidade do pleno emprego desapareceu, a margem de variação das políticas econômicas dos estados nacionais encolheu, o Estado de bem-estar social tornou-se mais caro e menos eficiente e um número cada vez maior de problemas passou a depender de soluções negociadas no âmbito supranacional. Nessas novas condições, não cabe mais a aplicação da velha receita da social-democracia.

II – A identidade do PPS na esquerda contemporânea

2.1 O espaço político do PPS

A recente crise econômica mundial parece comprovar a incapacidade de o neo-liberalismo gerir e equacionar os problemas que produz. As elites dominantes, representantes do *status quo*, mostraram sua verdadeira face, oscilando entre o mercadismo liberal e o estatismo conservador. Numa situação em que o revolucionarismo parece esgotado, e que a preservação da agenda de um Estado garantidor das conquistas da classe trabalhadora, torna-se mais complexa, o PPS propõe-se a enfrentar a reversão conservadora, que busca instituir o Estado mínimo como solução, buscando preservar os interesses do grande capital e de transferir os custos da crise aos “de baixo”, que entretanto estão reagindo. Assim, o PPS estará ao lado dos trabalhadores, buscando superar a atual crise, reformar o Estado de bem-estar social, ampliando a oferta de trabalho, renda e qualidade de vida da população.

2.2 O PPS é um partido do campo da esquerda

Isso significa, ontem como hoje, a maximização da equidade por meio da ação política. Equidade é uma questão pública, produzida por políticas de Estado e não algo a ser simplesmente constatado como produto de decisões individuais. Essa não é uma questão apenas valorativa, mas prática. Equidade é condição de participação e partilha de responsabilidade, é condição de eficiência, na produção e na política, e fundamento da socialização da riqueza socialmente produzida.

2.3 O PPS é um partido democrático

A opção democrática do PPS tem como centro a defesa da institucionalidade do estado democrático de direito, tal como expresso na Carta de 1988. Mas não se limita a ela. Incorpora, além disso, uma postura proativa, derivada do reconhecimento da tensão que a abertura do leque de participação impõe à antiga regra de representação. O reconhecimento dessa tensão abre o partido para as propostas de aperfeiçoamento da representação e de sua articulação cada vez maior com formas de participação direta do cidadão.

2.4 O PPS como partido reformista

O reconhecimento dos limites do revolucionarismo e a opção decidida pela promoção das mudanças no interior da institucionalidade democrática levam, necessariamente, ao reformismo como estratégia. Nessa opção não estão em jogo o alcance e a profundidade das mudanças propostas, mas seu método de operação. Na vigência do Estado democrático de direito, as mudanças são feitas nos marcos da legalidade, ou seja, fruto de um processo contínuo de persuasão, mobilização popular, acumulação de forças, construção de acordos e consensos. Na estratégia reformista o Estado ocupa uma posição relevante como agente das reformas, mas, para ganhar eficácia nesse papel, deve abrir-se às demandas da cidadania organizada e tornar-se também objeto das reformas. A reforma democrática do Estado é, portanto, o instrumento de adaptação do Estado à situação nova que se instaura no mundo. Assim, já neste congresso discutiremos a possibilidade de candidatura própria para presidente em 2014.

2.5 O PPS defende a nova economia

Afirma seu compromisso com a sustentabilidade. Os riscos da exploração sem limites dos recursos naturais tornam-se mais claros e mais próximos a cada dia. Uma radical alteração na matriz energética, de transporte, habitacional, da produção agrícola, assim como um novo padrão de consumo na direção de uma economia não dependente de carbono está em curso e deve ser valorizada. Essa mudança tem reflexo imediato nas formas de produção, com limitações severas aos agentes produtivos, regulação dos mercados e fiscalização crescente do cidadão. O PPS afirma seu compromisso com um desenvolvimento exigente que dê esteio a esse processo. Na nova economia global que está sendo gestada, o Brasil tem vantagens competitivas extraordinárias. Os ativos e a biodiversidade, florestas, recursos hídricos e minerais valiosos, dentre outros, permitem ao país uma inserção diferenciada e mais competitiva. Não como exportadores de commodities, e sim um arranjo produtivo com maior valor agregado, num modelo equilibrado que exigirá investimentos exponenciais em educação, pesquisa e tecnologia.

2.6 O PPS e os novos atores sociais

Os compromissos com a equidade, a democracia e a sustentabilidade definem como interlocutores principais do PPS os novos atores sociais no mundo do trabalho e da cultura. São os setores emergentes no mundo do trabalho, os novos autônomos, profissionais liberais, pequenos empresários, associações de produtores; são as associações de tipo novo que emergem no mundo da cultura e da sociabilidade; são as redes criadas para defender interesses e posições em mudança permanente na internet. O traço comum a todos eles é a demanda por mais iniciativa, participação, decisão e responsabilidades que a difusão da informação propiciou. No entanto, a relação com esses setores não obedece ao padrão anterior da esquerda comunista: o partido como delegado exclusivo de uma classe. Hoje o PPS se propõe a ser um dos interlocutores, a partir da esquerda, desses atores, com consciência de que fracassos na formulação das propostas nesse diálogo podem levar esses novos atores a opções conservadoras.

2.7 O socialismo como questão aberta

No mundo contemporâneo o socialismo como modo de regulação de sociedades de economia de mercado, como regra de distribuição do trabalho e seus produtos é uma questão em aberto. De qualquer forma, é necessário aprofundarmos esse debate sobre o conteúdo do conceito, que qualifica o partido até no seu nome.

III – A democracia no Brasil

3.1 A Constituição de 1988

A Carta de 1988, ao inaugurar o Estado democrático de direito, põe fim ao processo de transição da ditadura militar para a democracia. Sua vigência inaugura o período de mais ampla democracia da história brasileira, em termos de garantia de direitos individuais, liberdades políticas, extensão do direito de voto, mecanismos de participação popular e direitos sociais diversos. Todo o desenvolvimento posterior da política social brasileira está previsto na Carta e nela amparado. A Constituição é patrimônio de todos os democratas e o PPS afirma seu alinhamento incondicional ao texto constitucional, principalmente no que se refere aos mecanismos e limites da mudança desse texto. Mudar a Constituição somente de acordo com as regras de mudança nela previstas, respeitadas suas cláusulas pétreas.

3.2 O governo Itamar e a derrota da inflação

Itamar Franco assume o governo logo após o impedimento de Collor, num momento extremamente delicado para a democracia brasileira em processo de consolidação. Portador da cultura política frentista do MDB e dos comunistas do PCB, percebeu a necessidade de um

governo de ampla frente democrática para recuperar as instituições e derrotar a inflação. Beneficiado pelas experiências dos planos anteriores, o Plano Real tem êxito nessa tarefa e a estabilidade econômica produzida constituiu uma das maiores revoluções sociais da história brasileira. Todos os avanços posteriores nesse campo têm seu fundamento na estabilidade da moeda. Importa lembrar a participação entusiasta do PCB na articulação dessa frente, inclusive por meio da atuação de Roberto Freire como líder do Governo na Câmara dos Deputados.

3.3 O governo FHC

Expressão de uma coligação programática que reuniu liberais e uma social-democracia em processo de renovação, com o apoio indefectível dos partidos sempre governistas, o governo FHC apresenta uma faceta dúplice. De um lado, prosseguiu no caminho do saneamento das finanças públicas e consolidou a estabilidade econômica, impulsionou os programas de transferência de renda, aprofundou as políticas públicas de combate à desigualdade racial e de gênero e caminhou no processo de reforma democrática do Estado. O PPS, embora na oposição, não vacilou, durante os governos FHC, em apoiar medidas que tinham um sentido racionalizador da economia, da máquina pública e de reordenamento do gasto social, tais como o a lei de Responsabilidade Fiscal, o Fundef e a criação das agências reguladoras. De outro lado, não há como negar que esse processo de reforma, acossado por uma base conservadora e uma oposição sectária, caminhou muito aquém do necessário.

3.4 O governo Lula

Lula foi eleito a partir do abandono do programa econômico anterior de seu partido e da adesão irrefletida à política econômica do governo anterior. O estoque de reformas deixado pelo governo anterior, embora insuficiente no médio prazo, foi o bastante para, numa conjuntura internacional favorável, manter a estabilidade e produzir taxas maiores de crescimento. O aumento das exportações, no rastro da demanda crescente da China, puxou o crescimento e contribuiu para manter uma ordem relativa nas contas públicas. A partir desse resultado foi possível financiar a expansão dos programas de transferência de renda e a continuidade da política de aumento real do salário mínimo herdado do governo FHC, fundamento do apoio das camadas mais pobres da população ao governo petista. As políticas de transferência de renda são necessárias para manter em condições de vida e saúde aquela parcela dos trabalhadores que o mercado não absorve num determinado momento. No entanto, a ausência de políticas de inserção produtiva a elas acopladas mostra o viés paternalista do governo: o Estado garante a sobrevivência, o trabalho é um problema do mercado. Nessa direção, a garantia da sobrevivência dos indigentes, sua retirada da situação de miséria e sua manutenção numa situação de dependência e pobreza, foi a condição e a contrapartida de um grande acordo entre os diversos setores da burguesia, sob o guarda-chuva do Estado.

3.5 A grande coalizão burguesa

Foi montada uma grande coalizão burguesa, com o apoio eleitoral dos setores excluídos, beneficiados com a política de transferência de renda. Setor financeiro, agro-negócio, comércio e indústria, todos fizeram seus interesses presentes nos dois períodos do governo Lula, quando, graças à conjuntura favorável da economia mundial e ao estoque de reformas do governo anterior, houve cobertor para todos. É claro que a manutenção da estabilidade, o crescimento alcançado e, principalmente, a continuidade da redução do percentual da população brasileira na pobreza e na miséria contêm aspectos positivos que não podem ser negligenciados. No entanto, é preciso sempre lembrar que o preço desses avanços no governo Lula foi um processo de concentração de recursos, de responsabilidades e de poder que põe a democracia sob tensão.

3.6 O agravamento dos desequilíbrios entre os Poderes

No que respeita à política observou-se no governo Lula a exacerbação dos aspectos mais autoritários e não republicanos presentes no sistema político brasileiro. Acentuou-se a prevalência do Estado sobre a sociedade, da União sobre Estados e Municípios, assim como a do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. Nas relações entre os Poderes, o Legislativo foi praticamente reduzido à inoperância. Sua razão de ser migrou do mandato constitucional de legislar e fiscalizar para o apoio negociado ao governo. Na era Lula completou-se o processo de transformação do chamado “presidencialismo de coalizão”, que submete o parlamento aos ditames do executivo para lhe garantir governabilidade, para o “presidencialismo de cooptação”. Após o fracasso, no primeiro mandato de Lula, da cooptação por meio de barganhas ilegais e ilegítimas, acentuou-se no segundo mandato a partilha de pedaços do Estado entre os partidos da base de apoio ao governo, partilha que atingiu inclusive as agências reguladoras criadas no governo anterior. É necessária atenção também para o risco presente de aparelhamento político do Judiciário, resultado da concentração do processo decisório da renovação dos tribunais nas mãos do Presidente da República.

3.7 A corrupção sistêmica

A adesão às regras do jogo do sistema político, o abandono das tentativas de reforma em discussão, propiciou o aumento sem precedentes da corrupção. Uma corrupção que assumiu caráter extensivo, abarcando diferentes níveis de governo. A multiplicação dos escândalos, sua repercussão na imprensa, assim como a escassa credibilidade de que gozam os partidos e os políticos, demonstram que essa situação não é compatível com a expectativa, crescente, dos cidadãos em relação ao comportamento de seus representantes. O grau de deterioração da República já afeta a legitimidade da democracia de maneira aguda.

3.8 O estado novo petista

Com Lula, em especial, estabeleceu-se uma espécie de “estadolatria” na qual a política é capturada quase que integralmente pelo Estado, convertendo os partidos políticos, assim como parte dos movimentos sociais, em agentes parcial ou completamente estatalizados, com parca ou nenhuma representação na sociedade civil. Essa regressão, que já foi chamada de “Estado Novo do PT”, retoma o viés autoritário da tradição republicana brasileira: buscar a modernização pela via de capitalismo politicamente orientado que, de cima para baixo, faz mais uma vez o Brasil avançar para uma modernização que prescinde da participação popular.

3.9 Uma agenda alternativa

É preciso combater a lógica conservadora da concentração de recursos e de poder e construir a agenda alternativa do PPS a partir da lógica da partilha e distribuição de recursos e de poder. Reconhecer as prioridades da sociedade sobre o Estado, dos Estados e Municípios sobre a União, dos Legislativos sobre os Executivos, do mundo do trabalho sobre o capital, das empresas de pequeno porte sobre os grandes grupos econômicos. A luta pela defesa e ampliação da democracia passa pela articulação e mobilização política desses atores. Essa é a tarefa estratégica que o PPS deve assumir.

3.10 A volta do dirigismo estatal

A crise econômica mundial de 2008, cujas conseqüências ainda se fazem sentir dramaticamente nos Estados Unidos e na Europa, levou o governo Lula a uma inflexão na política econômica que combina uma retórica nacional desenvolvimentista com políticas claramente pautadas por uma concepção de “capitalismo de Estado” como via de projeção da economia brasileira no mercado mundial a partir de um modelo agrário-exportador. Nesse sentido, grandes grupos econômicos e financeiros foram estimulados a promover fusões e incorporações em áreas estratégicas da economia nacional, com a formação de grandes monopólios e cartéis. Ao mesmo tempo, por causa da política monetária – juros altos, superávit fiscal e câmbio flutuante – o país elevou de forma inédita a importação de bens de consumo e

ingressou num perigoso processo de “desindustrialização”. Essa nova situação sinaliza o fim da era de acomodação fácil dos interesses diferentes no governo e levanta a possibilidade do conflito entre esses setores por recursos que se tornam escassos.

3.11 O governo Dilma Rousseff

A eleição de Dilma Rousseff representou a vitória do continuísmo petista, o que está no eixo das contradições e crises políticas que o novo governo tem enfrentado. Sem o carisma de Lula, apesar de manter níveis elevados de popularidade, a presidente da República até agora não conseguiu estabilizar as relações políticas com os aliados, embora disponha de uma correlação de forças muito favorável no Congresso. Na situação da economia há sinais perturbadores de que a crise mundial pode se agravar e ter conseqüências graves para o Brasil. Por outro lado, a sucessão de escândalos e o afastamento dos responsáveis por irregularidades no governo, esgarçam as relações políticas entre os aliados e colocam em desequilíbrio o modelo de presidencialismo de coalizão herdado do ex-presidente Lula.

3.12 O país não tem uma agenda nova

A presidente Dilma Rousseff tem uma agenda envelhecida pela vida. De um lado, promessas de campanha que não tem condições de realizar nos prazos e da forma que foram anunciados; de outro, problemas varridos para debaixo do tapete durante a campanha eleitoral e que agora emergem com vigor. Essa situação faz com que a coalizão de governo em muitos momentos acabe imobilizada, pois não há unidade programática em relação ao futuro. Tudo se remete aos acordos feitos no governo anterior. Este é um momento favorável às iniciativas da oposição. O PPS deve avançar na divulgação e discussão de sua agenda política alternativa.

IV – Renovar o partido

4.1 Contribuição inestimável

Inequívoca foi a contribuição do PCB à reconquista da democracia, em nosso país, e a democratização da sua vida social. Com sua política voltada, desde o primeiro momento da ditadura, para a construção de uma frente democrática com forças e políticos liberais e até conservadores, bem como para a difícil reconstrução da vida sindical e do associativismo popular nas instituições existentes, o PCB desempenhou um importante papel na derrota da ditadura e na implantação do regime democrático consagrado pela Carta de 1988. Entretanto, fortemente atingido por novos conflitos internos, por suas dificuldades em se autoreformar e sob a perda de suas referências internacionais, sobretudo decorrentes da derrota do “socialismo real”, o PCB compreendeu que precisava modificar-se profundamente. Sua transformação em PPS, acontecida em 1992, representou, com todos os seus limites, uma tentativa de recomeço em condições radicalmente distintas. Partia do pressuposto de que havia um campo inteiramente aberto para a existência de uma esquerda democrática em nosso país, capaz de desenvolver uma política de alianças reformistas e políticas construtivas mesmo a partir do campo oposicionista.

4.2 A transição PCB-PPS

Por todos esses anos, o PPS tem procurado construir uma nova identidade, ancorada na sua luta por reformas estruturais, nos quadros do regime, e direcionadas à integração social, ao desenvolvimento da democracia e da República, inclusive nos processos eleitorais, ao mesmo tempo em que procurou renovar-se, através da mais ampla e pluralista democracia interna, do planejamento estratégico e de novas ferramentas tecnológicas, incorporando novos temas relacionados à sustentabilidade, à ética, aos gêneros e à juventude, aos direitos humanos e ao poder local, de um lado, e incorporando novos quadros políticos às suas organizações, quadros que constituem hoje a grande maioria de todas as direções, de nossas bancadas parlamentares e de vereadores, prefeitos e secretários de governo. Mas não conseguimos

realizar inteiramente nossa autorreforma e generalizar internamente a transformação de paradigma que reivindicamos. A sociedade não nos distingue como um novo rosto. Nossa atividade política cinge-se praticamente à atividade parlamentar de nossas bancadas e de governo de nossos representantes no poder executivo. Mesmo assim essa atividade não é conectada e unificada, vagos e frouxos são muitas vezes seus nexos internos apesar de contarmos com as mais modernas ferramentas de relacionamento. Fora da atividade parlamentar e de governo, pequena é a ação política cotidiana do partido junto à sociedade. Esta não o distingue e o diferencia com nitidez do universo fragmentado dos demais partidos.

4.3 A crise dos partidos e as dificuldades do PPS

Certo é que a nova identidade política do PPS, apesar de muitas dificuldades está se firmando, nesses vinte anos. Nos quadros de um desenvolvimento desigual, se, de uma parte, temos conseguido nos fortalecer e renovar, participando inclusive de alianças democráticas e opositoras que governam muitas cidades e governos estaduais importantes, de outra, mantemo-nos como um partido e minoritário no cenário nacional e sofremos de perda de prestígio e força política, com grandes dificuldades orgânicas e de ação. Não se trata apenas da crise de identidade porque passam todos os partidos no mundo inteiro, nem da permanente e continuada pressão cooptadora e corruptora do PT e seu governo, e até mesmo de nossos aliados, sobre o partido, da permanência do desprestígio do modelo de socialismo a que fomos ligados. Nossos atuais problemas de identidade e prestígio decorrem, sobretudo de nossas dificuldades em introduzir novas concepções e práticas que, apesar de manter elementos do passado pecebista, dos quais não temos porque não nos orgulharmos, signifique, sobretudo descontinuidade e ruptura e constituam uma nova cultura política.

4.4 O partido da Constituição de 1988

O PPS precisa enraizar decididamente sua fisionomia, seu modo de ser e seu estatuto de valores na Carta de 1988. Por conseguinte, precisa reafirmar o Estado Democrático de Direito por ela consagrado como o eixo fundamental da sua operação prática e da sua presença na cultura política mais geral. Reafirmando-se, definitiva e decisivamente no seu Congresso, como o partido da Carta de 1988, o PPS convida todos os demais atores e sujeitos da República a se reunirem, sem ambiguidade de qualquer natureza, em torno dos princípios e valores nela definidos: só assim os adversários políticos se legitimam mutuamente e, da livre dialética democrática, podem se desimpedir os caminhos da organização autônoma da sociedade, da participação de todos os setores, especialmente os subalternos, na coisa pública e da mudança social para níveis mais altos de civilização.

4.5 Um partido sempre aberto ao novo

Em seu XVII Congresso, o PPS afirma a idéia fundamental de que a democracia política é a forma do Estado moderno (Giuseppe Vacca). Neste mesmo sentido, nas palavras daquele autor, “os programas e a ação dos partidos democráticos não podem exorbitar os limites da função de governo. Podem, certamente, alcançar a esfera do Estado e também se propor mudar o ordenamento constitucional, mas não sua forma democrática”. Precisamos romper definitivamente com a velha ideia do partido classista em cujo horizonte está a ideia de “se tornar Estado” ou de elaborar formas mais ou menos totais da sua ocupação e instrumentalização, bem como da classe operária, ou qualquer outra classe ou grupo particular, como classe “geral” ou “universal”. Estaremos abertos, assim, para a incorporação de novos temas e sujeitos, inclusive os nascidos fora da tradição comunista, como, por exemplo, a crescentemente necessária reconversão ecológica da economia e da sociedade ou as imensas modificações suscitadas pelo protagonismo das mulheres, num movimento de amplo alcance que, no entanto, não nos levaria nunca a perder a noção da nossa parcialidade. De resto, uma parcialidade própria de todos os atores que aceitam os limites e os condicionamentos do Estado democrático de direito, corporificado na Carta de

1988, o que seria o sinal de que se pode ir seguramente além do status quo econômico e social, sem os riscos de messianismos ou involuções autoritárias, inclusive “de esquerda”.

V – Prosseguir na democratização e ampliação do partido

5.1 A democratização e ampliação do partido exige uma série de medidas que incidem sobre o estatuto e as práticas do partido, quais sejam:

1. A dinamização e regularização da capacidade política e operacional das Comissões Executivas, municipais, estaduais e nacional, de maneira a reforçar a capacidade decisória das nossas direções.
2. Assegurar-se as práticas de direção coletiva em todas as instâncias dirigentes.
3. O fortalecimento dos Diretórios, em todos os níveis, e de sua autonomia inclusive com o uso de reuniões por meio eletrônico.
4. A divulgação da informação, política, organizacional e financeira, em tempo real, de modo a possibilitar a prestação de contas periódica perante os órgãos dirigentes do partido, inclusive mediante a transmissão das reuniões na rede.
5. A implantação de um sistema de consultas aos dirigentes e filiados sobre os temas objeto da pauta do partido.
6. A difusão no meio dos filiados dos instrumentos de formação política a respeito da organização do partido e do trabalho de direção, sobretudo com uma maior presença da FAP nesse processo.
7. A formulação e implementação de políticas de renovação das direções em todos os níveis.
8. Entretanto, nossa tarefa imediata é a atual campanha de filiação, em torno do tema: “Faça mais por sua cidade”. Para enfrentarmos o desafio das eleições municipais em 2012.
9. Nesse sentido a articulação de chapas no maior número de cidades, é o trabalho de todas as Direções Estaduais, abrindo o Partido às lideranças locais, sobretudo ampliando o número de jovens e de mulheres, capilarizando-o nas entranhas da vida social a partir das cidades.
10. Pois é o fenômeno urbano e a premente necessidade de amplas reformas nesse meio que nos dará interlocução com os segmentos populares e com as camadas médias, tornando o Partido um espaço de articulação, mobilização, organização e representação dessas demandas.
11. O poder local que queremos construir se configurará em um poder diferenciado se formos capazes de promover o desenvolvimento para o município, seja atuando na gestão, seja por meio do movimento social. Assim, o desenvolvimento municipal é a premissa básica de um efetivo Poder Local.
12. Sem esquecer que tal desenvolvimento, para nós, tem como premissa ser ambientalmente sustentável e socialmente justo.

5.2 A Rede 23

Na democracia contemporânea os partidos não se bastam. Dependem, para fazer política, do estabelecimento e manutenção de redes de relações com movimentos, instituições, grupos na internet e até com personalidades influentes nos temas que trabalham. O partido não mais pode manter a posição de vanguarda da época da circulação restrita de informação e deve assumir a postura de interlocutor dos movimentos, co-formulador de suas reivindicações, à luz de suas diretrizes mais gerais, e seu tradutor na linguagem das leis e das políticas públicas. Para tanto, o PPS lança a Rede 23, um movimento de discussão e mobilização em torno de objetivos comuns, que abrange outras siglas partidárias, entidades, organizações, sindicatos, associações e grupos organizados na internet. Dependerá da atuação do PPS nesse processo

a criação da confiança junto aos parceiros de discussão e mobilização e sua possível transformação posterior em confiança e parceria eleitorais.

5.3 Candidatos em rede

No mesmo sentido vem a proposta de definição e lançamento, em todos os pleitos eleitorais, de wikicandidatos. Candidatos definidos a partir da discussão e deliberação na internet, com suas campanhas centradas também nos meios que a internet disponibiliza.

VI – Uma agenda programática para o PPS

A reforma democrática do Estado é o centro da estratégia reformista do PPS. Reúne um conjunto de reformas parciais, a saber:

- a) Reforma política, com início na adoção do sistema eleitoral misto, financiamento público de campanha combinado com contribuições de pessoas físicas e a adoção do parlamentarismo como horizonte;
- b) Reforma administrativa, sob as diretrizes da maior eficiência, da moralidade, da separação entre cargos burocráticos e interesses eleitorais, do redirecionamento do Estado para o atendimento das necessidades da população: menos Estado para as oligarquias, mais Estado para a população;
- c) Reforma tributária, no contexto de uma renovação negociada do pacto federativo, a partir das seguintes diretrizes: transparência, simplificação, desconcentração de tributos da União para Estados e Municípios, desoneração de alimentos básicos e remédios de uso prolongado, redução dos impostos indiretos e aumento da taxação sobre a propriedade e os rendimentos mais elevados;
- d) Reforma previdenciária, a partir das diretrizes de isonomia entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, da garantia universal de um mínimo pelo Estado e da regulamentação de fundos privados complementares;
- e) Reforma sindical, a partir da diretriz da desestatização da estrutura sindical, com o fim do imposto sindical e sua substituição por uma contribuição definida a partir dos ganhos obtidos nas negociações coletivas;
- f) Reforma trabalhista, com a repactuação dos direitos previstos na legislação e sua extensão aos trabalhadores terceirizados;
- g) Reforma na política de desenvolvimento regional, com a criação de novas agências de fomento regional, com capacidade de captação de recursos voltados para a implantação de projetos de desenvolvimento marcados pela sustentabilidade e pela responsabilidade social;
- h) Reforma do Sistema Único de Saúde, de maneira a cumprir integralmente suas diretrizes básicas, de universalidade, integralidade, equidade e regionalização, a regulamentar em definitivo o seu financiamento e a definir as responsabilidades de cada ente da Federação;
- i) Reforma Urbana, para melhorar as condições de vidas da grande maioria da população brasileira que hoje vive nas cidades e tornar o uso do espaço urbano mais democrático e sustentável.